

**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

MARIA DE FÁTIMA CLEÔMENIS BOTELHO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE
PARA DEFICIENTES VISUAIS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
REITOR MACEDO COSTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO

Salvador
2012

MARIA DE FÁTIMA CLEÔMENIS BOTELHO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE PARA
DEFICIENTES VISUAIS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO
COSTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Pós-Flex da Faculdade de Tecnologia e Ciências, para obtenção de título de Especialista em Educação Inclusiva.

Orientadora: Profa. Gilmara dos Santos Oliveira Vergara

Salvador
2012

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CONTEXTO HISTÓRICO	4
2	DIAGNÓSTICO	8
2.1	A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	8
2.2	O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFBA	10
2.3	A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA	11
3	OBJETIVOS	13
3.1	GERAL	13
3.2	ESPECÍFICOS	13
4	ANÁLISE DO AMBIENTE	13
4.1	OPORTUNIDADES	13
4.2	AMEAÇAS	14
4.3	PONTOS FORTES	15
4.4	PONTOS FRACOS	15
5	ESTRATÉGIAS	15
6	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	17
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS ESPERADOS	17
	REFERÊNCIAS	19

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO

1 INTRODUÇÃO

1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CONTEXTO HISTÓRICO

A história do movimento pela educação inclusiva confunde-se com o próprio movimento de luta pelos direitos humanos e começa a tomar corpo a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 1948. Este documento propõe, entre outras coisas, no seu Artigo 26 que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (DECLARAÇÃO..., 1998, p. 5).

Entretanto, conforme Lourenço (2012), embora a questão da educação como direito de todos tenha sido levantada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi no final do século XX que a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cidadania começa a priorizar as discussões sobre a universalização da educação básica, fundamentando assim, o movimento pela educação inclusiva. Esse movimento é fortalecido também por dois encontros de caráter internacional que se constituíram em grandes marcos para a consolidação do conceito de educação inclusiva:

- **Conferencia Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien (Tailândia) em 1990** – resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizado, no qual se reafirmam o direito de todos à educação e compromissos com a universalização da educação, redução do

analfabetismo, melhoria da qualidade do ensino e garantia de igualdade de acesso à educação para pessoas com quaisquer tipos de deficiência;

- **Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca (Espanha) em 1994** – resultou na Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Essa declaração proclama o direito fundamental à educação livre de qualquer discriminação, estabelecendo o princípio fundamental da escola inclusiva, ratifica a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, enfatizando a necessidade de inclusão em escolas regulares, de pessoas com necessidades educacionais especiais.

No Brasil é a partir da década de 1990 que as discussões em torno da educação inclusiva se intensificam e se ampliam a partir de iniciativas do Estado e da sociedade civil no sentido de cumprir os compromissos assumidos nos encontros promovidos pela UNESCO. Isso fica evidente, por exemplo, na própria Constituição Brasileira, que se baseia na proposta de educação para todos em seu Art.205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2010, p. 34).

Os princípios da educação como direito de todos é reafirmada ainda pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nos seus artigos 2 e 5:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo (BRASIL, 1996).

Além dessa sustentação legal da Constituição e da LDBEN, a criação de outros programas educacionais e leis reafirmam o compromisso brasileiro com os conceitos inclusivos:

- Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2003);
- Programa Brasil Alfabetizado (2003),
- Lei 10.639 que obriga a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar;
- Projeto Educar na Diversidade (2005 e 2006);
- Decreto 6.094 que cria o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (2007);
- Rede de Educação para Diversidade (2008), dedicado à formação continuada de profissionais da educação;
- Lei 11.465, que inclui o ensino de História da Cultura Indígena no currículo escolar (2008);
- Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009).

Pensar na educação inclusiva, entretanto, requer a compreensão de dois conceitos que na verdade se opõem: o conceito de integração e o de inclusão. A integração baseia-se fundamentalmente no modelo médico, que caracteriza a deficiência como sendo algo que está localizado na pessoa, no seu organismo. O modelo médico vê a deficiência como uma “tragédia pessoal” e pressupõe a necessidade da pessoa deficiente se adaptar ao mundo para poder fazer parte dele. Já a concepção social da deficiência, na qual se baseia o conceito de inclusão e defendida por vários estudiosos, se opõe a esse conceito. De acordo com os estudiosos que defendem o modelo social, a causa da deficiência está na estrutura social e que,

[...] ela não pode ser entendida como um problema individual, mas uma questão de vida em sociedade, o que transfere a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar à diversidade (BAMPI, GUILHEM, ALVES, 2010, p. 3).

Sasaki (2010) diz que:

Na passagem do século 20 para o 21, estávamos vivendo a fase de transição entre a integração e a inclusão. Portanto, é compreensível que, na prática, ambos os processos sociais coexistam por mais algum tempo até que, gradativamente, a integração esmaieça e a inclusão prevaleça (SASSAKI, 2010, p. 41).

É certo que a sociedade tem avançado rumo à inclusão, mas muito ainda é preciso ser feito, não só em relação à conscientização da sociedade que ainda insiste em ser excludente, como também em relação à conscientização do próprio deficiente, no que se refere aos seus direitos e possibilidades na sociedade.

A preocupação com a acessibilidade tem sua história mais recente datada no início dos anos 60 com o surgimento dentro da área de arquitetura do conceito do *projeto livre de barreiras*, com ênfase nas questões relativas às barreiras físicas, enfrentadas por usuários de cadeiras de rodas. O movimento pela acessibilidade evoluiu, ampliando o foco para outros tipos de deficiência e, conseqüentemente, ampliando o próprio conceito de acessibilidade, que se refere não só os deficientes físicos, como também os deficientes auditivos, visuais, obesos, idosos, gestantes ou qualquer pessoa com algum tipo de limitação física. O projeto livre de barreiras também evoluiu para o que hoje chamamos de *desenho para todos* (*design for all* ou *universal design*), englobando o mundo físico (edificações, espaços físicos, etc.) e o mundo virtual (redes de computadores, sistemas de comunicações). “Diz respeito ao desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado” (PUPO. MELO, FERRÉS, 2006, p. 18).

A acessibilidade passa a ser entendida dentro de uma perspectiva global e inclusiva, onde se propõe a criação de espaços de convivência mútua e não espaços exclusivos que denotam a ideia de segregação, historicamente imposta às pessoas com deficiência (MAZZONI et al, 2001). O conceito de acessibilidade deve estar associado à qualidade de vida de todas as pessoas. Para concebermos uma sociedade genuinamente inclusiva é preciso que as ações e propostas para acessibilidade entre os “diferentes” estejam direcionadas para a qualidade de vida de todos (MAZZONI et al, 2001).

A década de 90 foi marcada pela disseminação do uso da Internet e esta trouxe uma série de novas possibilidades às pessoas deficientes, no que se refere à educação, cultura, trabalho e lazer (MAZZONI et al, 2001). Hoje, os avanços tecnológicos se multiplicaram, proporcionando uma redução cada vez maior aos limites impostos a uma pessoa com algum tipo de deficiência. Segundo Mazzoni et al (2001, p. 30), “[...] as limitações quanto ao acesso

às informações e ao conhecimento está inversamente associada à tecnologia que é colocada a sua disposição”, ou seja, “[...] quanto mais completa for a tecnologia, menor será a sua limitação”. Para Mazzoni (2001, p 29), o acesso à informação e ao conhecimento “[...] é parte indissociável da educação, do trabalho e do lazer, e isso, naturalmente, se aplica às pessoas portadoras de deficiência.” Nos ambientes acadêmicos, onde o conhecimento é produzido, a qualidade do acesso à informação é fundamental, e essa qualidade deve estar diretamente relacionada à acessibilidade, que dentro da estrutura da biblioteca universitária está relacionada aos seguintes aspectos (MAZZONI, 2001, p. 31):

- **Urbanísticos** (estacionamentos, caminhos de acesso, etc.);
- **Arquitetônicos** (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas, etc.);
- **Informação e comunicação** (sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiência, sistemas para acesso remoto, etc.).

Ainda segundo Mazzoni et al (2001, p. 31), “[...] qualificando todos os aspectos anteriores se encontram os *aspectos atitudinais* – como as pessoas compreendem e constroem o processo de acessibilidade - o que pode valorizar ou degradar os projetos originais!” Dessa forma, é importante saber, portanto, como as bibliotecas estão se inserindo e contribuindo para esse processo? O que pode ser feito para melhorar ou aperfeiçoar a acessibilidade nesses ambientes?

A biblioteca universitária focalizada nesse trabalho, não foi concebida dentro de uma perspectiva inclusiva, nem tão pouco as unidades de ensino que abrigam os cursos aos quais ela dá suporte informacional. Contudo, é inconcebível que ela permaneça omissa diante de sua responsabilidade social e vocação mediadora em relação aos deficientes. Justifica-se, portanto, que ela procure se adequar à realidade, assumindo seu papel na construção de uma sociedade inclusiva.

2 DIAGNÓSTICO

2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A história da Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem início ainda no século XIX, quando em 18 de fevereiro de 1808, o Príncipe Regente Dom João VI cria a Escola de

Cirurgia da Bahia e com ela surge o primeiro curso universitário do Brasil. Ainda nesse século, foram criados os cursos de Farmácia (1832) e Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Escola Politécnica (1896). Já no século XX, Isaías Alves cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941).

Fundador da UFBA, Edgard Santos foi seu primeiro reitor, destacando-se na trajetória do ensino superior brasileiro. Nascido em Salvador, em 1894, diplomado em medicina e fez especialização em cirurgia em São Paulo. Ao retornar, ingressou na cátedra de Patologia e Cirurgia e dirigiu a Faculdade de Medicina. Durante 15 anos de reitorado (1946-1961), liderou o processo de federalização e implantou a infraestrutura física e de pessoal, concebendo assim uma universidade integrada nas diversas áreas: artes, letras, humanidades e ciências. A Universidade da Bahia passa a denominar-se Universidade Federal da Bahia em 1950, integrando escolas isoladas e instituindo outros cursos. Em quinze anos sob o reitorado de Edgard Santos, a UFBA floresceu nas áreas de artes, humanidades e saúde. É desse período a construção do Hospital Universitário, criação do Centro de Estudos Afro-Orientais e os campi do Canela, Vale do Canela, Federação e Ondina. A UFBA também ganhou destaque na música, dança e teatro, com a criação dos primeiros cursos universitários do gênero no Brasil, alicerçando, na década de 1960, movimentos culturais importantes como o Cinema Novo e o Tropicalismo.

A instituição cresceu e modernizou-se e nos dias atuais deu início a uma reforma substancial. Através do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), a UFBA está ampliando a oferta de cursos de graduação e implementando uma reforma curricular profunda e abrangente, com a implantação do regime de ciclos na educação superior, articulado à expansão de vagas. Este modelo constitui o Programa UFBA Universidade Nova, amplamente discutido pela sociedade e pela comunidade acadêmica do país. A transformação curricular dotou a UFBA de cursos de graduação interdisciplinares, flexíveis, abrangentes e articulados à pós-graduação. Com o UFBA Universidade Nova, a instituição ratifica o salto de qualidade em direção ao futuro. A transformação acadêmica, começada em 2008, posicionou a UFBA como a primeira universidade brasileira com estrutura curricular compatível com regimes modulares de formação em ciclos, tal como ocorre em países avançados social, cultural e cientificamente.

Paralelamente à reestruturação curricular, está em curso a reestruturação física dos campi, segundo as diretrizes do Plano Diretor Físico e Ambiental, aprovada pelo Conselho Universitário. As unidades de ensino (faculdades, escolas e institutos) serão reunidas por áreas de afinidade denominadas zonais, ligadas por corredores de circulação. O projeto prevê

a implantação de arenas multiuso, pavilhões de laboratórios, complexos de auditórios modulados, centro de idiomas e outros. Além disso, está previsto a reforma na estrutura física das unidades existentes. São 59 novas edificações e intervenções físico-ambientais, com investimento de R\$ 187 milhões.

2.2 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFBA

O Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI) é um órgão estruturante, criado através de Resolução nº 03/09 do Conselho Universitário. É responsável pelo funcionamento sistêmico das bibliotecas da UFBA, para oferecer suporte ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão.

Conforme o disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia e no Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas são atribuições do SIBI:

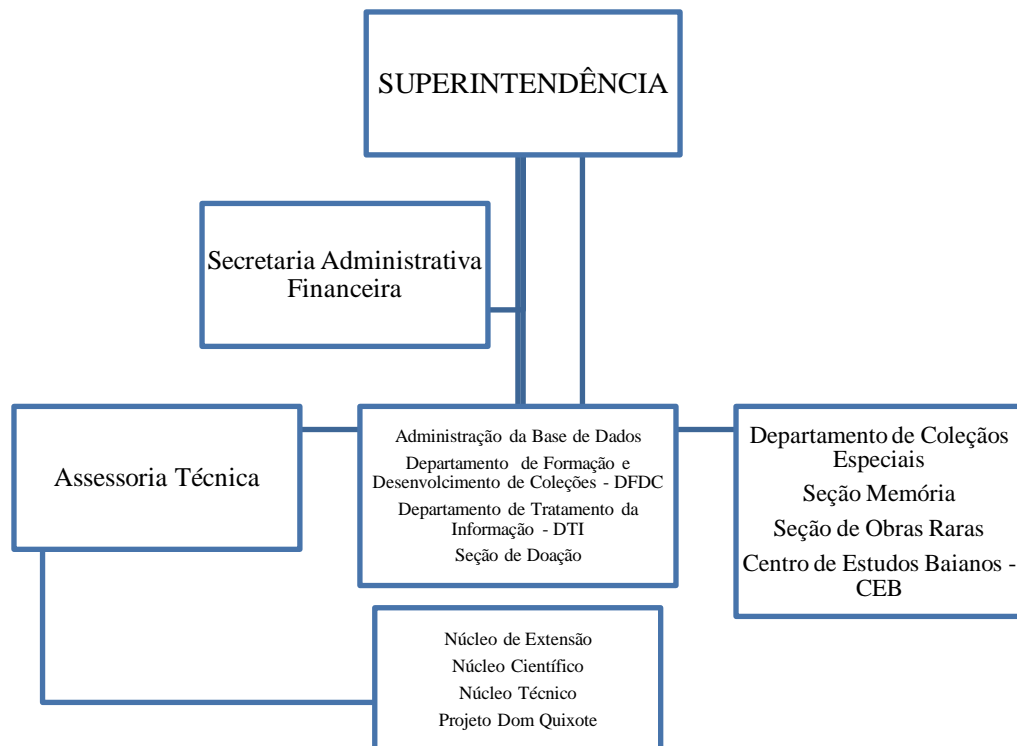
- I - adotar padrões ou critérios de organização e administração de sistemas de informação;
- II - definir políticas de desenvolvimento dos acervos que compõem o SIBI/UFBA;
- III - elaborar e encaminhar à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração seu planejamento orçamentário;
- IV - executar o orçamento, gerindo recursos financeiros, tanto orçamentários quanto de outras fontes;
- V - realizar aquisição de material bibliográfico em todos os seus suportes para a Universidade através de recursos próprios, convênios e outras fontes;
- VI - propor programas de capacitação para os servidores técnico-administrativos integrantes do SIBI/UFBA;
- VII - processar e disseminar a produção técnico-científica gerada na Universidade, orientando quanto à apresentação técnica das publicações;
- VIII - integrar-se a sistemas nacionais e internacionais de informação, visando ao acesso e à divulgação da produção técnico-científica gerada pela Universidade;
- IX - implementar propostas aprovadas pelo Conselho Universitário de criação, expansão ou fusão de bibliotecas do SIBI/UFBA;
- X - apreciar propostas de remanejamento de coleções de bibliotecas do SIBI/UFBA;
- XI - gerenciar o pessoal técnico-administrativo (UNIVERSIDADE..., 2009, p. 2)

O SIBI/UFBA tem como missão, promover e disseminar o acesso à informação, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão da comunidade universitária da Universidade Federal da Bahia. É constituído por um Conselho Deliberativo, uma Diretoria e um conjunto de 22 Bibliotecas, instaladas nos diversos campi da universidade, segmentadas nas Áreas do Conhecimento: área I (Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia); área II, (Ciências Biológicas e Profissões da Saúde); Área III (Filosofia e Ciências Humanas); Área

IV (Letras); Área V (Artes). Além das bibliotecas classificadas nas referidas áreas do conhecimento, o SIBI/UFBA também engloba bibliotecas instaladas em Órgãos Suplementares da Universidade.

Administrativamente, o SIBI/UFBA funciona de acordo com o organograma, desenhado na Figura 1.

Figura 1 - Organograma do Sistema de Bibliotecas da UFBA



Fonte: o autor

2.3 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA

Com o nome de Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, foi criada em 1968, como órgão suplementar da UFBA, subordinado ao Reitor. Em 12 de maio de 1975 teve seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Universitário e em agosto de 1983 passou a ocupar edifício próprio no Campus de Ondina. Funcionou como órgão coordenador do Sistema de Bibliotecas até o ano de 2009, quando o Conselho Universitário da UFBA instituiu, através da Portaria nº 03/09, o Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI). A partir dessa data, passa a chamar-se Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC), agregando acervos de vários cursos e representativos de todas as áreas do conhecimento como, Matemática, Farmácia, Biologia, Medicina Veterinária,

Comunicação, Letras e os Bacharelados Interdisciplinares criados recentemente pela UFBA Universidade Nova, além dos diversos cursos de pós-graduação. A BURMC proporciona serviços bibliotecários e de informação à comunidade universitária, de modo a contribuir para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Agora não mais como órgão coordenador, a BURMC se constitui numa biblioteca universitária com coleção, produtos e serviços próprios. Funciona num prédio de três pavimentos e atualmente conta com 22 funcionários técnico-administrativos, com cargos de bibliotecários/documentalistas, assistentes e auxiliares em administração, distribuídos nas seguintes seções:

- **Circulante ou Empréstimo** – Abriga a coleção circulante de livros, folhetos, dissertações, teses, etc., efetuando empréstimos local e domiciliar aos usuários;
- **Referência** – Abriga a coleção de referência, constituída por obras destinadas à consulta local, portanto, a seção não efetua empréstimos domiciliares;
- **Periódicos** – Abriga a coleção de periódicos e publicações seriadas. Devido à característica dessa coleção, a seção também não efetua empréstimos domiciliares.

A BURMC presta ainda os seguintes serviços à comunidade:

- **Comutação Bibliográfica** – através do COMUT, serviço criado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), para localização e obtenção de cópias de artigos, partes de livros, teses e dissertações nas diversas instituições brasileiras;
- **Treinamentos de Usuários** – a biblioteca oferece à comunidade, treinamentos em bases de dados nacionais e estrangeiras e no Portal de Periódicos mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
- **Treinamento de Calouros** – anualmente a biblioteca oferece treinamento aos alunos que ingressam na UFBA, com o intuito de capacitá-los para o uso da biblioteca, seu catálogo on-line e demais recursos que ela oferece.

Seus serviços são gerenciados pelo *software* Pergamum, concebido na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, hoje largamente utilizado por diversas universidades e

instituições brasileiras. O Sistema Pergamum permite o gerenciamento do livro desde a sua aquisição até o seu empréstimo ao usuário. Com a ajuda dessa ferramenta, a BURMC gerencia um acervo de 72.678 títulos e 179.252 exemplares, enquanto que em todo o Sistema de Bibliotecas são gerenciados 256.733 títulos e 667.598 exemplares, constituindo assim o catálogo on-line das bibliotecas da UFBA.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Promover a inclusão de deficientes visuais usuários da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa.

3.2 ESPECÍFICOS

- Adquirir equipamentos e recursos tecnológicos necessários à superação de barreiras que impedem o livre acesso dessas pessoas à informação e ao conhecimento;
- Ampliar o acervo bibliográfico, através da aquisição de livros em Braille, áudio livros e livros falados;
- Implantar um serviço personalizado de assistência a pessoas com deficiência visual através de pessoal treinado para atendê-las em suas necessidades específicas de informação.

4 ANÁLISE DO AMBIENTE

4.1 OPORTUNIDADES

Vivemos o momento atual, onde a discussão sobre as questões relativas à acessibilidade e à importância do respeito às diferenças tem sido constante. A Universidade Federal da Bahia está sensível a essa realidade, tornando, portanto, o momento oportuno para a instalação do Laboratório de Acessibilidade para Usuários Deficientes Visuais na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC).

O Plano de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) prevê não só a reestruturação de cursos, mas também melhoria das instalações e equipamentos de suas unidades de ensino, e isso inclui as bibliotecas. Por outro lado, a BURMC tem se esforçado para atender a demanda de acessibilidade física, através da instalação de rampas, elevadores, da ampliação dos espaços entre as estantes, contudo, ainda não possui um local com infraestrutura apropriada para o atendimento dos deficientes visuais. Entende-se como local

apropriado, um espaço equipado com computadores adaptados, disponíveis para usuários cegos e/ou pessoas com baixa visão, impressoras Braille, além de pessoal treinado para o atendimento dessas pessoas, inclusive como leitores voluntários ou não. A alocação do espaço físico é viável, uma vez que a biblioteca possui área suficiente para esse fim. Além disso, a administração central da universidade está consciente de sua responsabilidade no cumprimento das políticas públicas nesse setor.

4.2 AMEAÇAS

Nem sempre a dotação de recursos financeiros se mostra favorável para realização de projetos em bibliotecas. Apesar da necessidade de atender as exigências das políticas públicas de atendimento aos deficientes, na maioria das vezes isso não se constitui em prioridade. De maneira geral as bibliotecas universitárias da UFBA sofreram ao longo de muitos anos e ainda sofrem, com a falta de recursos. É possível perceber sinais de sucateamento em várias bibliotecas, com instalações inapropriadas, acervos defasados, além da falta de equipamentos apropriados para o seu funcionamento e até mesmo de material de consumo. Dessa forma, tendo em vista essa carência em relação às necessidades básicas e estruturais, questões importantes como a acessibilidade acabam ficando em segundo plano.

Outra questão preocupante está relacionada aos recursos humanos. O Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFBA) tem sérios problemas em relação à quantidade e qualidade dos funcionários lotados nas bibliotecas e na BURMC isso não é diferente.

A quantidade de funcionários que trabalham em bibliotecas vem sendo reduzida a cada dia. Com o processo de unificação de acervos por áreas do conhecimento e proximidade física, iniciado há alguns anos nas bibliotecas do SIBI/UFBA essa situação se agravou devido ao fato de que os funcionários lotados nas bibliotecas tiveram a opção de permanecer nas suas unidades de origem. Assim, algumas bibliotecas que tiveram seus acervos reunidos em outros espaços físicos tiveram seu quadro funcional reduzido. Isso obrigou a direção do SIBI/UFBA a contratar pessoal terceirizado para trabalhar no atendimento. Além disso, a renovação desse quadro funcional via novos concursos, tem sido muito pequena e os funcionários que se aposentam não têm sido substituídos a contento.

Com a terceirização do quadro funcional, observa-se um comprometimento na qualidade do atendimento, uma vez que não há recursos para remunerar bem esses terceirizados e, conseqüentemente, não há como exigir qualificação no processo de contratação. Dessa maneira, resta a certeza de que para atender pessoas com necessidades

especiais o quadro de pessoal necessitará de treinamento e capacitação, sendo necessário, portanto, a criação de um programa de capacitação específico.

4.3 PONTOS FORTES

A viabilidade do projeto reside, sobretudo, na determinação atual dos dirigentes da instituição em atender as exigências das políticas públicas de atendimento aos deficientes, principalmente no que diz respeito às adaptações físicas dos espaços nas suas instalações.

O ambiente acadêmico nos aponta também para a possibilidade de efetuar parcerias com os cursos de Pedagogia, Psicologia e Informática, por exemplo, visando a criação e operacionalização do laboratório. A Faculdade de Educação poderá dar apoio pedagógico, através de seus professores e alunos. A área da Psicologia poderá auxiliar na capacitação dos recursos humanos, dando subsídios para ajudar a promover a conscientização do pessoal de atendimento em relação à questão da deficiência. Finalmente, a Informática poderia dar apoio quanto à escolha e manuseio de equipamentos e na instalação de *softwares* específicos.

4.4 PONTOS FRACOS

O projeto poderá vir a ser inviabilizado, entretanto, se as prioridades forem desviadas, ou seja, se mais uma vez as necessidades básicas passarem à frente. É necessário também que a conscientização e capacitação dos recursos humanos sejam bem elaboradas e executadas, pois com os recursos humanos disponíveis no momento na biblioteca, a viabilização do projeto corre sérios riscos, tendo em vista não só a questão quantitativa como a qualitativa, caracterizada pela existência de um acentuado despreparo, tanto do corpo de auxiliares quanto dos bibliotecários. Essa é uma questão cultural que está bastante impregnada, mas que pode ser resolvida através da informação e conscientização sobre o assunto.

5 ESTRATÉGIAS

De acordo com os objetivos propostos nesse trabalho, a implantação do Laboratório de Acessibilidade para Deficientes Visuais da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC) deverá promover a inclusão de seus usuários deficientes visuais, eliminando barreiras físicas e tecnológicas de forma a permitir que essas pessoas tenham livre acesso à

informação disponível na biblioteca. Para tanto, é necessário que sejam definidos alguns objetivos estratégicos, sem os quais será inviável atingir a meta principal.

Em primeiro lugar, pensar num laboratório de acessibilidade significa pensar na em recursos tecnológicos. No caso da BURMC, significa pensar na aquisição desses recursos de forma a atender a demanda desses deficientes visuais, uma vez que a biblioteca nunca dispôs desse tipo de equipamento. É necessário, portanto, a elaboração de um projeto que contemple a aquisição de computadores, monitores de tela grande, gravadores e aparelhos de áudio, impressora Braille, e de *softwares* específicos. Além disso, o projeto deve prever também a aquisição de mobiliário adequado para o espaço onde funcionará o laboratório.

Um segundo ponto se refere à ampliação do acervo em Braille, áudio livros e livros falados. Na verdade a biblioteca está bastante despreparada nesse aspecto e possui muito pouco desse tipo de material bibliográfico em seu acervo. O projeto deverá prever a alocação de recursos para compra de material bibliográfico adequado para deficientes visuais, além de pesquisa e seleção de acervos pertinentes às áreas de interesse, disponíveis nas mídias especificadas.

Entretanto, a simples aquisição de livros não será suficiente, para atender as necessidades específicas de estudantes de cursos de nível superior, atendidos numa biblioteca universitária, pois o que existe no mercado editorial ainda é muito reduzido para contemplar as exigências dos diversos cursos da UFBA. Por essa razão, faz-se necessária a contratação de pessoal treinado para dar assistência personalizada aos deficientes visuais. Essas pessoas deverão atuar como leitores e também tradutores para o Braille. Ou seja, os recursos humanos contratados deverão ser treinados para ajudar os deficientes visuais nas suas leituras e também realizarem a tradução de textos para o Braille e suas respectivas impressões.

Antes da implantação do laboratório propõe-se a realização de um seminário, com a participação do corpo funcional da biblioteca, onde seria discutida a questão da deficiência de maneira geral, visando dessa forma, conscientizar esses funcionários sobre a importância e as peculiaridades do atendimento que será feito no laboratório e na biblioteca como um todo. Seria uma forma de trazer informação correta aos envolvidos com o atendimento (bibliotecários e auxiliares) sobre questões como inclusão, deficiência e acessibilidade. Propõe-se que o evento traga especialistas e estudiosos nas questões de deficiência, inclusão e acessibilidade para as palestras e mesas redondas, permitindo assim uma ampla discussão sobre o assunto.

6 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES		2013					
ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago
Realização do Seminário Introdutório	Núcleo Científico/SIBI						
Alocação de espaço na Biblioteca para abrigar o Laboratório de Acessibilidade para Deficientes Visuais	Núcleo Científico /SIBI e BURMC						
Preparação do espaço (limpeza e adaptação)	BURMC						
Pesquisa para identificação e aquisição dos equipamentos e <i>softwares</i> específicos	Núcleo Científico/SIBI						
Pesquisa para aquisição de mobiliário adequado	Núcleo Científico/SIBI						
Processo de aquisição dos equipamentos e mobiliário	Secretaria Administrativa Financeira/SIBI						
Seleção do material bibliográfico específico em Braille, áudio livros e livros falados.	Bibliotecários da BURMC						
Processo de aquisição do material bibliográfico selecionado	DFDC/SIBI						
Processamento técnico do material bibliográfico adquirido e incorporação ao acervo da BURMC	DTI/SIBI						
Seleção e contratação de recursos humanos	Núcleo Técnico/SIBI e BURMC						
Treinamento dos recursos humanos contratados	Núcleo Científico/SIBI e Núcleo Técnico/SIBI						
Instalação e inauguração do Laboratório	Núcleo Científico/SIBI e Núcleo Técnico/SIBI e BURMC						

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS ESPERADOS

Estamos em pleno século XXI e a história é testemunha da luta e dos movimentos em defesa dos direitos das pessoas deficientes. Ao longo de décadas os deficientes e estudiosos da questão da deficiência lutam em favor da mudança do paradigma de integração, preconizado pelo modelo biomédico da deficiência para o paradigma da inclusão. Mesmo considerando que questões médicas não podem ser esquecidas, o modelo social da deficiência, nos mostra que a grande questão da deficiência não está no indivíduo lesionado, que tendo passado por

uma “tragédia pessoal” recebe a sentença de viver à margem da sociedade produtiva, mas, sobretudo na sociedade que não reconhece a diversidade humana e cria barreiras que segregam as pessoas que não se encaixam nos padrões de normalidade pré-estabelecidos. Apesar de não vivermos ainda a prevalência do paradigma da inclusão, os avanços são notórios sendo, portanto inaceitável o retrocesso.

A necessidade de adequar o ensino superior à legislação brasileira relacionada ao atendimento aos deficientes é uma realidade e o papel das bibliotecas universitárias é decisivo, tendo em vista sua vocação para dar suporte à educação superior. Espera-se, portanto, que a criação do laboratório abra caminhos para usuários com deficiência visual utilizem os recursos da biblioteca para seus estudos e pesquisas acadêmicas, e possam entender que a biblioteca pode acolhê-los, respeitando suas limitações. Espera-se também que a criação do laboratório modifique comportamentos, conscientizando gestores, bibliotecários e auxiliares que atuam nas bibliotecas sobre a importância de se respeitar as diferenças e promover o acesso de forma irrestrita a todos.

A Universidade Federal da Bahia, como uma Instituição de Ensino Superior, não pode se furtar de sua responsabilidade social de participar da construção de uma sociedade inclusiva. A iniciativa de criação do Laboratório de Acessibilidade para Deficientes Visuais da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa se constitui num passo importante e deverá ser bastante significativa para pessoas com deficiência visual que estudam e trabalham na universidade e precisam do apoio que a biblioteca pode dar à vida acadêmica.

É preciso lembrar ainda, que agindo de acordo com o paradigma da inclusão, iniciativas como a da criação de um laboratório de acessibilidade proposto nesse trabalho, não devem se constituir num fato isolado, mas sim como um marco inicial de um conjunto de ações a serem efetivadas pela instituição com vistas à acessibilidade no âmbito de todas as bibliotecas que congrega. Dessa forma, espera-se que outros laboratórios de acessibilidade sejam criados no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UFBA, que a adaptação dos acessos seja uma realidade em todas as bibliotecas, que a legislação existente seja finalmente cumprida e que o direito de todos à educação, à informação e ao conhecimento seja respeitado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 26 out. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 26 out. 2012.
- DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos: adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 1998. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 26 out. 2012.
- LOURENÇO, Érica. Educação inclusiva. In: DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Érica (Orgs). **Por uma cultura dos direitos humanos na escola**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 37-60.
- MAZZONI, Alberto A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n. 2, p.29-34, maio/ago. 2001.
- PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006.
- SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. 180p.
- SISTEMA DE BIBLITECAS DA UFBA. Regimento interno. Disponível em:
<<http://www.sibi.ufba.br/sites/default/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sistema%20de%20Bibliotecas.pdf>> Acesso em: 17 out 2012.
- UNIVERSIDAD FEDERAL DA BAHIA. **Histórico**. Disponível em:
<<https://www.ufba.br/historico>> Acesso em: 16 out 2012.